

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	49
INTRODUÇÃO	51

● PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

1. Introdução ao Direito do Trabalho.....	59
1.1. Fontes do Direito do Trabalho	60
1.2. Regulamento de empresa.....	62
1.2.1. Vantagens concedidas pelo empregador	62
1.2.1.1. Vantagens concomitantes concedidas pelo empregador. Princípio da norma mais favorável	63
1.2.1.1.1. Natureza jurídica das gratificações.. 6	4
1.2.2. Formalidade específica prevista no regulamento de empresa como condição para aplicação de punições.....	65
1.2.2.1. Aplicação de multa no trabalho intermitente.....	66
1.2.3. Validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu procedimentos específicos antes da dispensa de seus trabalhadores (Decisão proferida em Recurso de Revista Repetitivo)	66
1.2.4. Conversão da licença-prêmio em pecúnia ...	69
1.2.5. Normas do regulamento interno da Nossa Caixa – Nosso Banco.....	69
1.2.6. Complementação de aposentadoria prevista em norma interna da empresa	70
1.2.6.1. Complementação dos proventos da aposentadoria	70
1.2.6.1.1. Introdução	70
1.2.6.1.2. Antes da alteração da Súmula nº 288 do TST (abril/2016).....	70
1.2.6.1.3. Após a alteração da Súmula nº 288 do TST (abril/2016).....	71
1.2.6.1.4. Coexistência de planos de previdência complementar.....	72
1.2.6.1.5. Competência para solucionar conflitos relacionados à complementação de aposentadoria	72
1.2.6.1.6. Prescrição	73

1.2.6.2. Previdência privada	73
1.2.6.3. Complementação de aposentadoria e benefício previdenciário do INSS.....	74
1.2.6.4. Aposentadoria. Complementação	75
1.2.6.5. Ação declaratória visando à complementação de aposentadoria	75
1.2.6.6. Prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar.....	75
1.2.6.7. Critério de reajuste da complementação de aposentadoria. Lei nº 9.069/95	76
1.2.6.8. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banespa	77
1.2.6.9. Complementação de aposentadoria instituída pela Petrobras	77
1.2.6.10. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banco do Brasil	78
2. Eficácia das normas trabalhistas	79
2.1. Introdução	79
2.2. Eficácia temporal das normas trabalhistas	79
2.2.1. Eficácia temporal da Reforma Trabalhista.	80
2.2.2. Princípio da irretroatividade da lei. Contrato nulo	85
2.2.3. Princípio da irretroatividade da lei. Juros.....	85
2.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas.....	86
2.3.1. Conflito das leis trabalhistas no espaço. Princípio da lex loci executionis	86
2.3.2. Demais hipótese de eficácia espacial das normas trabalhistas	87
2.3.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas no caso de empregado admitido no Brasil que opta pela realização de teletrabalho fora do território nacional.....	87
3. Renúncia e transação no direito do trabalho	88
3.1. Introdução	88
3.1.1. Renúncia	89
3.1.2. Transação	90
3.2. Programa de demissão voluntária. Transação extrajudicial	90
3.2.1. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista.....	91
3.2.2. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	91
3.2.3. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista.....	91
3.2.4. Quitação plena e irrevogável.....	92
3.2.5. Direito intertemporal.....	93
3.2.6. Temas correlatos – Comissão de Conciliação Prévia	93
3.2.7. Temas correlatos – Homologação de acordo extrajudicial.....	94

3.2.7.1. Limites do acordo extrajudicial	95
3.2.7.2. Transação e redução de direitos trabalhistas	95
3.2.7.3. Parcelamento de verbas rescisórias	96
3.2.7.4. Homologação parcial de acordo extrajudicial	97
3.2.7.5. Eficácia liberatória do acordo extrajudicial homologado	97
3.2.7.5.1.Quitação ampla, geral e irrevogável em acordos extrajudiciais homologados perante a Justiça do Trabalho – CNJ (Resolução CNJ nº 586, de 30 de setembro de 2024)	98
3.3. Programa de demissão voluntária. Impossibilidade de compensação	99
3.4. Plano ou programa de demissão voluntária. Imposto de Renda	100
4. Quadro resumido	101
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo I)	103
6. Súmulas do STF e STJ (Relacionadas ao capítulo I)	104
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo I)	105

CAPÍTULO II

SUJEITOS DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA – EMPREGADO E EMPREGADOR

1. Empregado	113
1.1. Introdução. Requisitos da relação empregatícia	114
1.1.1. Alteridade	115
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	115
1.2.1. Exclusividade	115
1.2.2. Local da prestação de serviços e teletrabalho (Reforma Trabalhista)	115
1.2.3. Profissionalidade	116
1.3. Altos empregados	116
1.3.1. Introdução	116
1.3.2. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço	118
1.3.3. Bancário	118
1.3.3.1. Introdução	118
1.3.3.2. Gerente bancário	119
1.3.3.3. Cargo de confiança	120
1.3.3.4. Gratificação de função	124
1.3.3.5. Pré-contratação de horas extras	125
1.3.3.6. Hora de salário. Divisor	127
1.3.3.6.1. Introdução	127
1.3.3.6.2. A polêmica do divisor aplicado ao bancário	128
1.3.3.6.3. Cálculo do divisor até setembro de 2012	128
1.3.3.6.4. Divisor do salário do bancário de setembro de 2012 a novembro de 2016	129
1.3.3.6.5. Divisor do salário do bancário atualmente (Decisão em incidente de recurso de	

revista repetitivo e alteração da Súmula nº 124 do TST)	130
1.3.3.7. Sábado. Dia útil não trabalhado	131
1.3.3.8. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho	131
1.3.3.9. Jornada de trabalho de gerentes da CEF (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 53 do TST)	132
1.3.3.9.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos	132
1.3.3.9.2. A tese firmada pelo TST	133
1.3.3.9.2.1. A jornada dos bancários e o regime do art. 224 da CLT	133
1.3.3.9.2.2. O gerente-geral e o enquadramento do art. 62, II da CLT	133
1.3.3.9.2.3. A norma interna da Caixa Econômica Federal e sua interpretação restritiva	134
1.3.3.10. Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras	134
1.3.3.11. Gratificação de função e adicional de tempo de serviço	135
1.3.3.12. Quebra de caixa. Natureza jurídica	136
1.3.3.13. Bancário empregado do mesmo grupo econômico	137
1.3.3.14. Ajuda-alimentação dos bancários	138
1.3.3.15. Comissões de bancários (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 56 do TST)	139
1.3.3.15.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos	139
1.3.3.15.2. A tese firmada pelo TST	140
1.3.3.15.2.1. O conceito de grupo econômico	140
1.3.3.15.2.2. A súmula 93 do TST e a tese vinculante	141
1.3.3.15.2.3. A tese nº 56 do TST e a compatibilidade da venda com as funções do bancário	141
1.3.4. Empregados equiparados aos bancários	141
1.3.4.1. Empregado de empresa de processamento de dados	141
1.3.4.2. Empregados de financeira	142
1.3.5. Empregados não equiparados aos bancários	143
1.3.5.1. Empregados de corretoras de títulos e valores mobiliários	143
1.3.5.2. Empregados de cooperativa de crédito	143
1.3.5.3. Vigilante	144
1.3.5.4. Categoria diferenciada	144
1.3.6. Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre bancários	146
1.3.6.1. Adicional de Caráter Pessoal do Banco do Brasil	146
1.3.6.2. Adicionais específicos do Banco do Brasil e a função de gerente	146
1.4. Empregado rural	146
1.4.1. Introdução. Identificação do empregado rural	146
1.4.2. Empresa de reflorestamento	148

CAPÍTULO III

TERCEIRIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Introdução	225
2. Terceirização de atividade-fim e prestação de serviços a terceiros (Tema 725...ADPF 324/DF. ADC 48/DF. ADI 3961/DF. ADI 5625/DF).....	227
2.1. Apresentação das decisões analisadas.....	227

2.2. As decisões vinculantes do STF sobre a terceirização de atividade-fim (ADPF 324 e Tema 725 da Repercussão Geral).....	228
2.3. As decisões vinculantes do STF sobre a prestação do serviço autônomo de transporte de cargas da Lei nº 11.442/2007 (ADC 48/DF e ADI 3961/DF)...	229
2.4. A decisão vinculante do STF sobre a prestação do serviço de beleza por meio de contrato de parceria sob a Lei nº 13.352/2016 (ADI 5625/DF).....	230
2.5. Síntese das decisões vinculantes do STF nos paradigmas da prestação de serviços.....	230
2.6. Evolução da jurisprudência do STF sobre a terceirização e a prestação de serviços.....	230
2.6.1. Uma sinalização de virada jurisprudencial?.....	231
2.7. Posicionamento do autor quanto à validação, pelo STF, dos casos de fraude ao vínculo de emprego: Estado de coisas inconstitucional no sistema social trabalhista brasileiro.....	232
2.8. Trabalho plataformizado (uberização).....	234
3. Requisitos para terceirização lícita.....	236
3.1. Temas correlatos à Súmula nº 331 do TST.....	246
3.1.1. Terceirização em empresas de telecomunicação.....	247
3.1.2. Quarteirização.....	247
3.1.3. Condições de trabalho.....	247
3.1.3.1. Súmula nº 331 do TST.....	248
3.1.3.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	248
3.1.3.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	249
3.1.4. “Quarentena” para empregado ser sócio ou titular da empresa contratada (Reforma Trabalhista).....	250
3.1.5. Período de quarentena do empregado terceirizado (Reforma Trabalhista).....	250
3.1.6. Natureza do contrato de transporte de cargas (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 59 do TST).....	250
3.6.1.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	250
3.6.1.2. A tese firmada pelo TST.....	251
3.6.1.2.1. A terceirização e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços.....	251
3.6.1.2.2. A Lei nº 11.442/2007 e o transporte autônomo de cargas (TAC).....	252
3.6.1.2.3. A natureza comercial do contrato de transporte de cargas e a tese do TST... ..	252
4. Vínculo empregatício com a administração pública. Período anterior à CF/88.....	252
5. Contrato de trabalho com a Associação de Pais e Mestres – APM.....	254
6. Equiparação salarial na terceirização.....	255
6.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST.....	255
6.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF.....	256
7. Responsabilidade trabalhista do dono da obra. Contrato de empreitada na construção civil.....	257
7.1. Responsabilidade do dono da obra.....	257
7.2. Tema correlato: Responsabilidade do empreiteiro na subempreitada.....	259

8. Quadro resumido.....	260
9. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III).....	261
10. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho.....	263
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III).....	264

CAPÍTULO IV

CONTRATO DE TRABALHO	275
1. Identificação profissional do empregado. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.....	275
1.1. Carteira de Trabalho Digital.....	276
1.1.1. Informações obrigatórias na CTPS.....	278
1.2. Anotação em CTPS.....	278
1.2.1. Anotações gerais e anotações especiais.....	279
1.2.2. Anotações sobre a remuneração.....	279
1.2.3. Apresentação da CTPS.....	280
1.2.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações.....	280
1.2.5. Prazo para acesso às informações de anotação.....	280
1.2.6. Multa pelo descumprimento do dever de anotação.....	280
1.2.7. Vedação de anotações desabonadoras.....	281
1.2.8. CTPS do adolescente.....	281
1.2.9. Falta de anotação da CTPS e dano moral (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 60 do TST).....	281
1.2.9.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	281
1.2.9.2. A tese firmada pelo TST sobre a necessidade de comprovação do dano moral decorrente da não anotação da CTPS.....	282
1.3. Do valor das anotações na CTPS.....	283
1.3.1. Registro de empregados.....	284
1.4. Aviso-prévio indenizado e a baixa na CTPS.....	287
1.5. Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT).....	287
2. Contratação do empregado: exigência de certidão negativa de antecedentes criminais.....	288
2.1. Temas correlatos – Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho.....	289
2.1.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	289
2.1.2. Conceitos importantes da LGPD.....	290
2.1.3. Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais.....	291
2.1.4. Bases de tratamento de dados na LGPD.....	291
2.1.4.1. Base de tratamento de dados não sensíveis.....	291
2.1.4.2. Base de tratamento de dados sensíveis....	292
2.1.5. Princípios da LGPD.....	293
2.1.6. Tratamento de dados de empregados adolescentes.....	294
2.1.7. Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	294
2.1.8. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho.....	294

2.1.9. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	295	4.8. Tema correlato: Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI)...	327
2.2. Temas correlatos – Carta de recomendação do ex-empregado	296	5. Alteração do contrato de trabalho	328
2.3. Temas correlatos – Tarificação do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho	297	5.1. Introdução	328
2.3.1. Da inconstitucionalidade do sistema de tarificação do dano extrapatrimonial (ADI 6050 – interpretação conforme a Constituição)	298	5.2. Reversão e supressão ou redução da gratificação	329
3. Classificação do contrato de trabalho	300	5.2.1. Gratificação dos operadores de raios X	332
3.1. Contrato por prazo determinado	300	5.3. Transferência do período noturno para o diurno	332
3.1.1. Contrato por prazo determinado na LC nº 150/2015 (“Lei dos Domésticos”)	301	5.4. Alteração da jornada. Retorno à jornada inicialmente contratada	333
3.1.2. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	302	5.5. Redução da carga horária do professor	334
3.1.2.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	302	5.6. Alteração da data do pagamento	335
3.1.2.2. Conceito de trabalho intermitente	303	5.6.1. Data do pagamento do salário e incidência de correção monetária	336
3.1.2.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas	304	5.6.2. Incidência de correção monetária sobre as diferenças salariais	337
3.1.2.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores	304	5.7. Transferência de empregados	337
3.1.2.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADI 5826)	305	5.7.1. Introdução	337
3.1.3. Regulamentação do trabalho intermitente	306	5.7.2. Necessidade de fundamentação da transferência	338
3.1.3.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador	308	5.7.3. Adicional de transferência para ocupante de cargo de confiança	338
3.1.3.2. Multa por descumprimento do acordado	308	5.7.4. Transferência e despesas de transporte	339
3.1.3.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente	310	6. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	339
3.1.3.4. Questionamentos sobre o trabalho intermitente	311	6.1. Introdução	339
3.2. Prazo e prorrogação do contrato de experiência	312	6.2. Comparecimento à Justiça do Trabalho	340
3.3. Término antecipado do contrato por prazo determinado e a cláusula assecuratória de direito recíproco	314	6.3. Suspensão do contrato em razão da aposentadoria por incapacidade permanente	341
3.3.1. Término antecipado do contrato por prazo determinado	315	6.4. Suspensão do prazo prescricional em virtude do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença)	341
4. Da nulidade do contrato de trabalho	316	6.5. Suspensão do contrato e a continuidade do pagamento do plano de saúde	342
4.1. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público	316	7. Quadro resumido	344
4.1.1. Exigência de concurso público para o ingresso no cargo de professor titular	319	8. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo IV)	346
4.1.2. Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação	320	9. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV)	347
4.1.3. Contratação de empregado nas pessoas jurídicas do “Sistema S”. Desnecessidade de concursos públicos	321	10. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho	349
4.2. Desvirtuamento do estágio com a Administração. Contrato nulo	322	11. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	350
4.3. Oficial de justiça ad hoc	323	12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV)	351
4.4. Trabalho ilícito. Jogo do bicho	323		
4.5. Trabalho proibido. Policial militar	324		
4.6. Pessoal de obras na Administração Pública. Aplicação da legislação trabalhista	325		
4.7. Tema correlato: Regime jurídico único (ADI 2135/DF)	325		

CAPÍTULO V

DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO	363
1. Duração do trabalho	364
1.1. Tempo à disposição do empregador	365
1.1.1. Tema correlato: Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador (Informativo nº 219 do TST)	366
1.2. Fiscalização da jornada. Ônus da prova	367
1.3. Trajeto para o trabalho. Hora in itinere	372
1.3.1. Horas in itinere antes da Reforma Trabalhista	372

1.3.2. Horas in itinere após a Reforma Trabalhista..	372	1.5.7.3.2. Cota social	396
1.3.3. Eficácia temporal da Reforma Trabalhista. (Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23 do TST).....	373	1.5.8. Temas correlatos: Dano moral em transporte de valores (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 61 do TST).....	397
1.3.4. Tempo médio das horas <i>in itinere</i>	378	1.5.8.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	397
1.3.5. Hora <i>in itinere</i> . Empregador que cobra pelo transporte fornecido.....	379	1.5.8.2. A tese firmada pelo TST.....	398
1.3.6. Horas in itinere e petroleiros (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 50 do TST)	379	1.5.8.2.1. O dano moral e o dano moral in re ipsa	398
1.3.6.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	379	1.5.8.2.2. A exigência de capacitação profissional para o transporte de valores.....	398
1.3.6.2. A tese firmada pelo TST	380	1.5.8.2.3. A submissão de empregados não especializados ao transporte de valores e o dano moral in re ipsa	398
1.3.6.2.1. Horas in itinere.....	380	1.6. Variação do registro de ponto. Limite de tolerância	399
1.3.6.2.2. O regime de trabalho dos petroleiros e suas peculiaridades	381	1.6.1. Variação do registro de ponto. Flexibilização	400
1.3.6.2.3. Recepção da Lei nº 5.811/1972 pela Constituição de 1988 e a súmula nº 391 do TST	381	1.6.2. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	401
1.3.6.2.4. O transporte gratuito e a inaplicabilidade das horas in itinere	381	1.7. Empregados sem limitação de jornada.....	402
1.3.6.2.5. Direito intertemporal na Reforma Trabalhista e as horas in itinere	382	1.7.1. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Tacógrafo.....	402
1.4. Sobreaviso e Protidão. Aplicação por analogia das horas de sobreaviso aos eletricitários.....	383	1.7.2. Teletrabalho ou trabalho remoto.....	404
1.4.1. Sobreaviso e utilização de bip, pager ou aparelho celular	384	1.7.2.1. Caracterização do teletrabalho	406
1.5. Tempo de espera do Motorista Profissional (ADI nº 5322).....	385	1.7.2.1.1. Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista.....	406
1.5.1. Jornada de trabalho do motorista profissional	387	1.7.2.1.2. Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022	406
1.5.2. Tempo de espera do motorista	388	1.7.2.2. Solenidade para o teletrabalho.....	407
1.5.2.1. Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322	388	1.7.2.2.1. Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista.....	407
1.5.2.2. Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322	389	1.7.2.2.2. Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022	407
1.5.3. Períodos de descanso do motorista	389	1.7.2.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho.....	408
1.5.3.1. Períodos de descanso do motorista <u>antes</u> da ADI	389	1.7.2.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	408
1.5.3.2. Períodos de descanso do motorista depois da ADI	391	1.7.2.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto	408
1.5.4. Modulação de efeitos da Decisão de mérito na ADI 5322.....	391	1.7.2.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	409
1.5.5. O que mudou com a ADI 5322?	392	1.7.2.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022.....	410
1.5.6. Monitoramento da geolocalização e exigência de exame toxicológico do motorista profissional.....	395	1.7.2.7.1. Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	410
1.5.7. Temas correlatos: Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 66 do TST)	395	1.7.2.7.2. Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022)	411
1.5.7.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	395	1.7.2.7.3. Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022)...	411
1.5.7.2. A tese firmada pelo TST sobre motoristas e cobradores no cálculo da cota de aprendizagem.....	396	1.7.2.7.4. Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	412
1.5.7.3. Assuntos correlatos a cota de aprendizagem.....	396	1.7.3. Gerente bancário. Limitação da jornada	413
1.5.7.3.1. Tema 1046 da Repercussão Geral.....	396	1.7.3.1. Jornada de trabalho de gerentes da CEF (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 53 do TST).....	414

1.7.3.1.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	414	1.11.1. Jornada reduzida do telefonista. Inaplicável aos operadores de telex.....	442
1.7.3.1.2. A tese firmada pelo TST.....	415	1.12. Duração do trabalho do jornalista em empresa não jornalística.....	443
1.7.3.1.2.1. A jornada dos bancários e o regime do art. 224 da CLT.....	415	1.13. Duração do trabalho do advogado empregado com dedicação exclusiva. Contratação ocorrida antes da Lei nº 8.906, de 04.07.1994.....	443
1.7.3.1.2.2. O gerente-geral e o enquadramento do art. 62, II da CLT.....	415	2. Períodos de descanso.....	445
1.7.3.1.2.3. A norma interna da Caixa Econômica Federal e sua interpretação restritiva.....	416	2.1. Introdução.....	445
1.7.4. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Ferroviário.....	416	2.1.1. Intervalo intrajornada.....	445
1.8. Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva.....	416	2.1.1.1. Intervalo não previsto em lei.....	448
1.8.1. Turnos ininterruptos de revezamento. Elasecimento da jornada de trabalho via norma coletiva com eficácia retroativa.....	418	2.1.1.2. Redução do intervalo intrajornada e outros aspectos relevantes ligados ao tema.....	449
1.8.2. Turnos ininterruptos de revezamento. Alterância de horários: noturno e diurno.....	419	2.1.1.3. Intervalo Maquinista Ferroviário.....	459
1.8.3. Turnos ininterruptos de revezamento. Intervalos e descansos.....	420	2.1.1.4. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	461
1.8.4. Turnos ininterruptos de revezamento. Trabalho noturno.....	421	2.1.1.5. Intervalos remunerados.....	461
1.8.5. Turnos ininterruptos de revezamento. Horista.....	421	2.1.1.5.1. Intervalo remunerado do digitador.....	461
1.8.6. Turnos ininterruptos de revezamento. Ferroviário.....	422	2.1.1.5.2. Intervalo remunerado de ambiente artificialmente frio. Previsão no artigo 253 da CLT.....	465
1.8.7. Turnos ininterruptos de revezamento. Petroleiros.....	422	2.1.1.6. Intervalo de digitação para caixa da CEF (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 51 do TST).....	465
1.9. Trabalho noturno.....	423	2.1.1.6.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	465
1.9.1. Hora noturna e adicional noturno.....	423	2.1.1.6.2. A tese firmada pelo TST sobre o intervalo de digitação aos caixas da Caixa Econômica Federal.....	466
1.9.2. Transferência do período noturno para o diurno.....	424	2.1.1.6.2.1. Intervalo para serviços de mecanografia e sua aplicação aos digitadores.....	466
1.9.3. Prorrogação do horário noturno. Jornada 12x36.....	425	2.1.1.6.2.2. O diferencial do intervalo previsto para os caixas bancários da Caixa Econômica Federal.....	467
1.9.4. Trabalho noturno dos petroleiros.....	426	2.1.1.6.2.3. A Súmula 118 do TST e a integração do intervalo na jornada de trabalho.....	467
1.9.5. Hora noturna dos portuários.....	427	2.1.1.6.2.4. A controvérsia sobre a aplicação do intervalo ao Caixa Bancário e o entendimento final do TST.....	467
1.10. Compensação da Jornada.....	427	2.1.1.6.2.5. O intervalo para caixa da CEF e a NR-17.....	467
1.10.1. Compensação na escala 12 por 36. Necessidade de acordo ou convenção coletiva.....	434	2.1.1.7. Intervalo para mulher em caso de horas extras (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 63 do TST).....	468
1.10.1.1. Introdução.....	434	2.1.1.7.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	468
1.10.1.2. Regulamentação da Jornada 12x36.....	434	2.1.1.7.2. A tese firmada pelo TST e a não exigência de tempo mínimo de jornada extraordinária para garantir o intervalo especial do art. 384 da CLT para mulheres.....	469
1.10.1.3. Jornada 12x36 na jurisprudência do TST..	435	2.1.1.7.2.1. Direito intertemporal na Reforma Trabalhista e o intervalo do art. 384 da CLT.....	469
1.10.1.4. Jornada 12x36 na Reforma Trabalhista, ADI 5994/DF e impactos na Súmula 444 do TST.....	435	2.1.2. Inobservância ao intervalo interjornada.....	470
1.10.1.5. Prestação de horas extras habituais e caracterização da jornada 12x36.....	436	2.1.2.1. Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado.....	471
1.10.1.6. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	437		
1.10.1.7. Trabalho no DSR e feriados.....	438		
1.10.1.8. Trabalho noturno em jornada 12 x 36.....	439		
1.10.1.9. Jornada 12x36 em atividades insalubres..	440		
1.10.1.10. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico.....	441		
1.10.2. Semana espanhola.....	441		
1.11. Jornada reduzida do telefonista.....	442		

2.2. Descanso semanal remunerado e feriados (Lei nº 605/49)	472	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo V).....	507
2.2.1. Introdução	472	6. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho.....	516
2.2.2. Atestado médico para evitar o desconto do DSR	473	7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo V).....	518
2.2.2.1. Exigência de CID em atestados médicos..	474		
2.2.2.2. Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS	475		
2.2.3. Trabalho no DSR sem que haja folga compensatória em outro dia	478		
2.2.3.1. Tema correlato – Trabalho no DSR e feriados.....	478		
2.2.3.2. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	479		
2.2.3.3. Autorização transitória.....	480		
2.2.3.4. Autorização permanente	480		
2.2.3.5. Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	481		
2.2.3.6. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres (RE 1403904/SC)...	481		
2.2.4. Trabalho no DSR. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho	482		
2.2.5. Remuneração do DSR.....	483		
2.2.5.1. Parcelas pagas mensalmente sem repercussão no valor do DSR	483		
2.2.5.2. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST.....	484		
2.2.5.3. Comissionista e o pagamento do descanso semanal remunerado	486		
2.2.5.4. Gorjetas e a repercussão no DSR	487		
2.2.5.4.1. Regulamentação das gorjetas nos últimos anos	487		
2.2.6. DSR do professor	489		
2.2.7. Sábado do bancário. Não configura DSR	489		
2.3. Férias.....	490		
2.3.1. Duração das férias	490		
2.3.1.1. Duração das férias e acidente de trabalho	492		
2.3.1.2. Tema correlato: Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF	492		
2.3.2. Remuneração das férias.....	493		
2.3.2.1. Remuneração das férias do tarefeiro	494		
2.3.3. Férias concedidas após o período concessivo	494		
2.3.3.1. Férias concedidas dentro do período concessivo sem o prévio pagamento (ADPF nº 501/SC).....	495		
2.3.3.2. Férias concedidas após o período concessivo e o valor da dobra.....	497		
2.3.4. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais.....	497		
2.3.4.1. Férias do professor	499		
2.3.5. Férias indenizadas e a incidência nos depósitos do FGTS.....	500		
3. Quadro resumido.....	501		
4. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo V)....	506		
		CAPÍTULO VI	
		REMUNERAÇÃO	543
		1. Salário e remuneração. Introdução.....	544
		1.1. Gorjetas e a repercussão nas demais verbas trabalhistas.....	544
		1.1.1. Regulamentação das gorjetas nos últimos anos.....	545
		1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017	545
		1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	546
		1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 ("Reforma da Reforma").....	546
		1.1.5. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada) ...	546
		1.2. Salário proporcional à jornada	547
		1.2.1. Salário-mínimo proporcional do professor....	549
		1.2.1.1. Redução da carga horária do professor ...	551
		1.3. Salário profissional.....	552
		1.3.1. Salário profissional. Médicos e engenheiros	552
		1.3.1.1. Salário profissional. Médicos e dentistas..	554
		1.3.2. Salário profissional. Radiologista	554
		1.3.3. Salário profissional. Enfermagem. ADI 7222	555
		1.3.3.1. Piso salarial nacional da enfermagem para a iniciativa privada em geral.....	556
		1.3.3.2. Piso salarial nacional da enfermagem para a União, Administração Pública Direta e Indireta.....	556
		1.3.3.3. Piso salarial nacional da enfermagem para Estados, Distrito Federal e Municípios, administração direta e indireta, pelas nas entidades filantrópicas e pelos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS	557
		1.3.3.4. Proporcionalidade do piso em relação à carga horária.....	557
		1.3.3.5. Base de cálculo do piso	557
		1.3.3.6. Inconstitucionalização progressiva dos pisos salariais nacionais.....	557
		1.3.4. Posição do STF em relação a outros pisos nacionais.....	557
		1.4. Salário complessivo	557
		1.5. Aumento salarial concedido pela empresa. Impossibilidade de compensação no ano seguinte	558
		1.6. Salário-utilidade ou salário in natura. Percentuais.....	559
		1.6.1. Salário-utilidade. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro	560
		1.6.2. Alimentação fornecida por força do contrato. Natureza salarial.....	563

1.6.3. Ajuda-alimentação prevista em norma coletiva. Natureza indenizatória	563	1.7.14.1. Adicional de risco portuário. Igualdade entre empregado com vínculo empregatício e trabalhador avulso.....	587
1.6.4. Ajuda-alimentação prevista na Lei nº 6.321/76.....	564	1.7.14.2. Vigia portuário. Terminal privativo	589
1.6.5. Ajuda-alimentação e a possibilidade de alterar a natureza jurídica em razão de norma coletiva	566	1.7.15. Adicional por tempo de serviço (quinquênio)	590
1.7. Parcelas salariais. Introdução.....	567	1.7.16. Adicional regional (Petrobras).....	591
1.7.1. Comissões e percentagens. Correção monetária	568	1.7.17. Abono previsto em norma coletiva	592
1.7.2. Comissionista e o pagamento do descanso semanal remunerado	568	1.8. Gratificação natalina ou décimo terceiro salário. Introdução.....	592
1.7.3. Comissionista puro e o pagamento das horas extraordinárias	569	1.8.1. Horas extras e gratificação semestral. Reflexos no décimo terceiro salário	593
1.7.4. Comissionista misto e o pagamento das horas extraordinárias	570	1.8.2. Faltas por acidente de trabalho e o cálculo do décimo terceiro salário	595
1.7.5. Comissões de bancários (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 56 do TST)	571	1.8.3. Décimo terceiro salário proporcional e pedido de demissão.....	596
1.7.5.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	571	1.8.4. Décimo terceiro salário proporcional e término do contrato por culpa recíproca	596
1.7.5.2. A tese firmada pelo TST.....	571	1.8.5. Décimo terceiro para efeito de indenização	597
1.7.5.2.1. O conceito de grupo econômico	572	1.8.6. Décimo terceiro e indenização adicional	597
1.7.5.2.2. A súmula 93 do TST e a tese vinculante	572	1.8.7. Décimo terceiro e a cessão de servidor público.....	598
1.7.5.2.3. A tese nº 56 do TST e a compatibilidade da venda com as funções do bancário	572	1.9. Adicionais salariais. Introdução	598
1.7.6. Comissões sobre vendas canceladas (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 65 do TST)	573	1.9.1. Adicional de hora extra.....	598
1.7.6.1 Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	573	1.9.1.1. Adicional de hora extra. Globalidade salarial.....	599
1.7.6.2. A tese firmada pelo TST sobre comissões sobre vendas canceladas	573	1.9.1.1.1. Adicional de horas extraordinárias e adicional noturno.....	600
1.7.7. Comissões sobre vendas a prazo (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 57 do TST).	574	1.9.1.1.2. Adicional de horas extraordinárias e adicional de insalubridade	601
1.7.7.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	574	1.9.1.1.3. Adicional de horas extraordinárias e adicional de periculosidade	601
1.7.7.2. A tese firmada pelo TST sobre comissões sobre vendas a prazo	575	1.9.1.2. Integração do adicional de horas extraordinárias	604
1.7.8. Gratificações. Ajuste tácito.....	576	1.9.1.2.1. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST.....	605
1.7.9. Gratificações pagas mensalmente e o descanso semanal remunerado	577	1.9.1.2.2. Integração do adicional de horas extras no décimo terceiro salário	607
1.7.10. Gratificação por tempo de serviço. Reflexos.	578	1.9.1.2.3. Integração do adicional de horas extras no FGTS.....	607
1.7.10.1. Gratificação por tempo de serviço. Princípio da norma mais favorável.....	580	1.9.1.2.4. Integração do adicional de horas extras na gratificação semestral	608
1.7.11. Gratificação de função	581	1.9.1.2.5. Integração do adicional de horas extras na indenização por antiguidade	609
1.7.12. Gratificação específica ao ferroviário (chefe de trem).....	585	1.9.1.3. Supressão do adicional de horas extraordinárias	610
1.7.13. Integração de função no Serpro (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 69 do TST)	585	1.9.1.4. Cálculo das horas extras. Jornada de 40 horas semanais	611
1.7.13.1.Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos.....	585	1.9.1.4.1. Introdução.....	611
1.7.13.2. A tese firmada pelo TST.....	586	1.9.1.4.2. Cálculo do divisor do salário	611
1.7.13.2.1. Verbas de natureza salarial e verbas indenizatórias.....	586	1.9.1.4.3. Cálculo do divisor de salário hora do empregado mensalista.....	612
1.7.13.2.2. A função comissionada técnica (FCT) e sua natureza salarial.....	586	1.9.1.4.4. Divisor da Jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais	612
1.7.14. Adicional de risco do portuário. Lei nº 4.860/65	587	1.9.1.4.5. Divisor aplicado aos empregados sujeitos aos limites normais de 8 horas diárias e 44 horas semanais que obtivessem redução da duração semanal de trabalho	613

1.9.1.4.6. Divisor aplicado aos empregados sujeitos aos limites normais de 8 horas diárias e 44 horas semanais que obtivessem redução da duração semanal de trabalho	614	1.9.5.1. Base de cálculo do adicional de insalubridade	656
1.9.1.5. Adicional de horas extraordinárias do professor	615	1.9.5.1.1. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	658
1.9.1.6. Horas extraordinárias do marítimo	616	1.9.5.2. Adicional de insalubridade e a realização de perícia	660
1.9.1.7. Critério de dedução/abatimento dos valores relativos às horas extras comprovadamente pagos no curso do contrato de trabalho ..	617	1.9.5.3. Classificação da atividade insalubre e a relação oficial do Ministério do Trabalho..	661
1.9.1.8. Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado	618	1.9.5.3.1. Reclassificação ou descaracterização da atividade insalubre	664
1.9.2. Adicional noturno	618	1.9.5.3.2. Trabalhador em atividade a céu aberto	664
1.9.2.1. Adicional noturno e adicional de periculosidade	621	1.9.5.3.3. Óleos minerais. Sentido do termo “manipulação”	665
1.9.2.2. Adicional noturno e regime de revezamento	621	1.9.5.3.4. Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa. Indevido	666
1.9.2.3. Vigia e adicional noturno	621	1.9.5.4. Atividade intermitente e o adicional de insalubridade	667
1.9.3. Adicional de transferência	622	1.9.5.5. Fornecimento de aparelho de proteção e recebimento do adicional de insalubridade	667
1.9.3.1. Transferência e despesas de transporte....	624	1.9.5.6. Substituição processual para pleitear o adicional de insalubridade	668
1.9.4. Adicional de periculosidade	624	1.9.5.7. Causa de pedir. Agente nocivo diverso do apontado na inicial	669
1.9.4.1. Eletricitários e o adicional de periculosidade	627	1.9.6. Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF)	669
1.9.4.1.1. Tema correlato: Eficácia temporal da Reforma Trabalhista. (Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23 do TST)	628	1.10. Parcelas sem natureza salarial (parcelas indenizatórias)	670
1.9.4.1.2. Eletricitários e exposição intermitente à atividade perigosa	633	1.10.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	670
1.9.4.2. Operadores de bomba de gasolina	634	1.10.1.1. Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?	671
1.9.4.3. Permanência a bordo de aeronaves	634	1.10.1.2. E se a empresa não tiver lucro?	672
1.9.4.4. Instaladores de linhas e aparelhos de telefonia e o adicional de periculosidade	636	1.10.1.3. E se o trabalhador não bater a meta / atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT? ...	672
1.9.4.5. Sistema elétrico de potência	637	1.10.2. Diárias para viagem	672
1.9.4.6. Substâncias radioativas	637	1.10.3. Vale-transporte aos servidores públicos celetistas	673
1.9.4.7. Líquido inflamável em construção vertical	640	1.10.4. Salário-família	675
1.9.4.8. Adicional de periculosidade para o Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa.	640	1.10.4.1. Salário-família. Termo inicial da obrigação	676
1.9.4.9. Perícia. Profissional qualificado	643	1.10.5. Seguro-desemprego	677
1.9.4.9.1. Dispensa da realização de perícia. Pagamento espontâneo do adicional de periculosidade	643	2. Equiparação salarial	684
1.9.4.10. Adicional noturno e o adicional de periculosidade	644	2.1. Introdução	684
1.9.4.11. Cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade	645	2.1.1. Multa por conduta discriminatória	685
1.9.4.12. Cumulação do adicional de periculosidade do carteiro motorizado com o adicional de atividade de distribuição e/ou coleta externa (AADC) da ECT	646	2.2. Equiparação salarial. Art. 461 da CLT	687
1.9.4.13. Flexibilização do adicional de periculosidade	648	2.3. Plano de cargos e salários aprovado por instrumento coletivo. Ausência de alternância de critérios de promoção por antiguidade e merecimento	695
1.9.4.14. Condenação ao pagamento do adicional de periculosidade	651	2.4. Equiparação salarial na Administração Pública	695
1.9.4.15. Adicional de periculosidade e equipamentos móveis de Raios X	651	2.5. Salário-substituição	696
1.9.4.16. Petrobras e o adicional de periculosidade	652	2.6. Equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem	697
1.9.5. Adicional de insalubridade	652	2.7. Equiparação salarial do empregado que exerce as funções de auxiliar de laboratório	698
		2.8. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de pessoal organizado em carreira. Enquadramento ou reclassificação	699
		2.8.1. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de carreira. Desvio de função	700
		2.9. Equiparação salarial na terceirização	701

2.9.1. Regulamentação anterior pela OJ nº 383 da SDI-I do TST	701	2.1. Causa justificada e justa causa	767
2.9.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF	702	2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	767
3. Garantias de proteção ao salário.....	703	2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39	768
3.1. Irredutibilidade salarial	704	3. Pedido de reintegração quando o período de estabilidade já tiver terminado	769
3.2. Descontos salariais. Prévia autorização do empregado	705	4. Estabilidade por tempo de serviço	771
3.2.1. Desconto no salário por dano causado pelo empregado. Frentista	706	4.1. Estabilidade por tempo de serviço e estabilidade prevista em instrumento coletivo. Compatibilidade	771
3.2.2. Pagamento na primeira audiência judicial e a multa do art. 467 da CLT	706	5. Características e requisitos da estabilidade do dirigente sindical.....	772
3.2.3. Massa falida e a multa do art. 467 da CLT	708	5.1. Requisito para a dispensa do dirigente sindical. Inquérito para apuração de falta grave.....	777
3.2.4. Inadimplemento de Verbas Trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé	709	5.2. Decisão que converte a reintegração em indenização	778
4. Reajustes salariais.....	709	5.3. Estabilidade dos membros do conselho fiscal	779
4.1. Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Política salarial.....	709	5.4. Estabilidade dos delegados sindicais	781
4.2. Diferenças salariais decorrentes de planos econômicos	710	6. Garantia provisória de emprego da gestante.....	781
4.3. Reajustes decorrentes do Plano Collor. Inexistência de direito adquirido.....	711	6.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	788
4.4. Conversão de salários de cruzeiros para cruzados	711	6.1.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	788
4.5. Reajuste do adiantamento salarial. Lei nº 7.686/88	712	6.2. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	791
4.6. Remuneração dos empregados públicos	712	6.3. Exigência de certidão de nascimento do filho.....	791
4.6.1. Reajuste automático (gatilho) dos empregados públicos.....	712	6.4. A empregada que sofreu aborto espontâneo tem direito à estabilidade provisória no emprego?	791
4.6.2. Teto remuneratório dos empregados públicos	712	6.5. Empregada detentora de garantia de emprego que ajuíza ação após o término do período de garantia no emprego	792
4.6.2.1. Limites à remuneração mensal dos servidores e empregados públicos.....	713	6.6. Salário-maternidade após CF/88.....	793
4.6.3. Salário-mínimo dos empregados públicos	713	6.7. Tema correlato: Data de início da licença-maternidade (ADI nº 6327/DF).....	796
4.6.4. Reajustes salariais dos entes públicos previstos em legislação federal.....	714	6.8. Tema correlato: Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral)	798
4.7. Aplicação da legislação eleitoral aos empregados públicos.....	714	6.9. Demissão da empregada gestante e assistência sindical (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 55 do TST)	799
5. Efeitos financeiros da Anistia. Emenda constitucional nº 26/1985	715	6.9.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos	799
5.1. Anistia. Art. 8º, § 1º, do ADCT.....	715	6.9.2. A tese firmada pelo TST	800
6. Quadro resumido	716	6.9.2.1. Debates sobre a constitucionalidade da tese do TST.....	800
7. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VI)	725	7. Empregado representante da CIPA.....	801
8. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo VI)	726	7.1. Tema correlato: Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	803
9. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho.....	732	8. Estabilidade provisória em razão de acidente de trabalho sofrido pelo empregado	804
10. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	733	8.1. Requisitos previstos em instrumento coletivo para aquisição da estabilidade decorrente de acidente do trabalho.....	808
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI).....	734	8.2. Responsabilidade civil objetiva decorrente de acidentes do trabalho.....	809
		8.2.1. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro	809
		8.2.2. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....	810

CAPÍTULO VII

ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO

1. Introdução	763
2. Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT (ADI 1625 e ADC 39) ..	766

8.2.2.1. Acidente de trabalho	810	7. Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF)	863
8.2.2.2. Comunicação de acidente do trabalho – CAT	813	8. Tema correlato: Rescisão indireta por atraso no FGTS (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 70 do TST).....	865
8.2.2.3. Nexo de causalidade	813	8.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos	865
8.2.2.4. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	814	8.2. A tese firmada pelo TST sobre a irregularidade no recolhimento do FGTS como justificativa para a rescisão indireta	865
8.3. Tema correlato: Trabalhador autônomo e acidente de trabalho.....	816	8.2.1. Consequências práticas da tese vinculante do TST no assunto	866
8.4. Tema correlato: Estabilidade provisória no acidente de trabalho para trabalhadores temporários.....	817	9. Impossibilidade de pagamento de FGTS direto ao empregado (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 68 do TST).....	866
9. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	818	9.1. Importâncias das teses vinculantes e os recursos de revista repetitivos	866
10. Estabilidade do empregado público	818	9.2. A tese firmada pelo TST sobre o pagamento de FGTS direto ao empregado	867
10.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF).....	819	9.2.1. O pagamento direto ao empregado e suas consequências para o empregador	868
10.2. Estabilidade prevista no art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT	822	10. Quadro resumido.....	869
10.3. Tema correlato: Regime jurídico único (ADI 2135/DF)	822	11. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	870
10.4. Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI).....	824	12. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VIII) ..	871
11. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre estabilidade	824	13. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VIII)....	872
11.1. Estabilidade dos empregados do BANDEPE	824		
11.2. Estabilidade dos empregados da CONAB.....	825		
12. Quadro resumido.....	826		
13. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VII) ...	828		
14. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VII)	829		
15. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho.....	831		
16. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VII).....	832		

CAPÍTULO VIII

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....

1. Introdução	847
2. Incidência do FGTS.....	849
2.1. Incidência do FGTS no aviso-prévio	850
3. Parcelas sem incidência do FGTS	851
4. Hipóteses de saque dos depósitos	852
4.1. Indenização de 40% do FGTS e contrato por prazo determinado	855
4.2. Indenização de 40% do FGTS e diferença decorrentes dos expurgos inflacionários.....	855
5. Contrato nulo e os depósitos do FGTS	856
6. Prescrição para requerer os depósitos do FGTS e o posicionamento do stf.....	859
6.1. Modulação dos efeitos da decisão e regra intertemporal.....	861
6.2. Argumentos contrários à decisão do STF (13/11/2014).....	861
6.3. Argumentos favoráveis à decisão do STF	863
6.4. Conclusões.....	863

CAPÍTULO IX

AVISO-PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....

1. Aviso-prévio	875
1.1. Introdução	875
1.2. Proporcionalidade do aviso-prévio.....	876
1.3. Aviso-prévio e a contagem do prazo	878
1.4. Aviso-prévio. Direito irrenunciável.....	878
1.5. Aviso-prévio e a garantia provisória de emprego	879
1.5.1. Indenização adicional da Lei 7.238/84 e a garantia provisória de emprego	880
1.6. Aviso-prévio e redução da jornada	880
1.7. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado	881
1.8. Aviso-prévio e o fechamento da empresa	882
1.9. Aviso-prévio indenizado e a sua projeção no contrato de trabalho	883
1.9.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional	885
1.9.2. Aviso-prévio indenizado e a incidência do FGTS	886
1.10. Efeitos da projeção do aviso-prévio. Aspectos econômicos.....	887
1.11. Aviso-prévio e a constatação de culpa recíproca ..	888
1.12. Aviso-prévio cumprido em casa.....	889
1.13. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	889
1.14. Concessão do aviso-prévio nos 30 dias que antecedem o reajuste salarial (Lei nº 7.238/84).....	890
2. Término do contrato de trabalho	891
2.1. Introdução.....	891

CAPÍTULO X

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 957

1. Prescrição.....	957
1.1. Introdução.....	957
1.2. Prazos prescricionais.....	959
1.2.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional	959
1.2.2. Prescrição quinquenal	959

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO..

1. Introdução	1013
1.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)	1013
1.1.1. Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado	1016
1.1.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista).....	1018
1.2. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).	1019
1.2.1. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo.....	1020
1.3. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 da repercussão geral do STF).....	1021
1.3.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva.....	1034
2. Poder normativo da Justiça do Trabalho diante das decisões do STF.....	1034
2.1. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho.....	1036
3. Período de vigência da sentença normativa e das convenções e acordos coletivos	1036
3.1. Introdução	1036
3.2. Ultratividade das normas coletivas de trabalho (ADPF 323/DF).....	1038
3.2.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	1039

3.2.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST...	1040	2. Cláusulas abusivas ou ilegais	1087
3.2.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	1041	2.1. Cláusula que estabelece taxa de homologação de rescisão contratual – ilegalidade	1087
3.2.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	1042	2.2. Inconstitucionalidade na cobrança de contribuições para entidades sindicais aos não sindicalizados...	1089
3.2.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF).....	1042	2.2.1. Contribuição sindical	1090
3.3. Sentença normativa.....	1043	2.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	1090
4. Dispensa em massa (Tema 638 da repercussão geral)	1044	2.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	1090
5. Abrangência da norma coletiva para a categoria diferenciada	1047	2.2.1.3. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista	1093
6. Cobrança da multa convencional	1049	2.2.1.4. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical	1093
6.1. Multa	1050	2.2.1.4.1. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	1094
7. Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF).....	1051	2.2.1.4.2. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	1094
8. Contribuição sindical.....	1051	2.2.1.5. Empregados sindicalizados – como fica?	1095
8.1. Contribuição sindical rural	1052	2.2.1.6. Aspectos processuais	1096
8.2. Regulamentação da contribuição sindical anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	1053	2.2.1.7. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT	1097
8.3. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	1053	2.2.2. Contribuição confederativa.....	1097
8.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista	1056	2.2.3. Contribuição assistencial ou taxa de reversão (Tema 935 da repercussão geral)	1099
8.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical....	1056	2.2.3.1. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000).....	1101
8.5.1. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical.....	1057	2.2.4. Mensalidade sindical	1101
8.5.2. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical.....	1057	2.3. Proibição de cláusula que privilegia a contratação de trabalhador sindicalizado sobre os demais – admissão preferencial	1102
8.5.3. Empregados sindicalizados – como fica?.....	1059	3. Quadro resumido das OJS da SDC	1104
8.5.4. Aspectos processuais.....	1059	4. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	1105
8.5.5. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	1060	5. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho.....	1106
9. Contribuição assistencial ou taxa de reversão (Tema 935 da repercussão geral)	1061	6. Informativos do TST	1107
9.1. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000)	1063	II – Negociação coletiva.....	1110
10. Quadro resumido.....	1064	1. Aspectos formais – Assembleia Geral.....	1110
11. Súmula dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XI)	1065	1.1. Edital de convocação da Assembleia Geral – publicidade e observância do prazo mínimo entre a publicação e a realização da assembleia	1110
12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI).....	1066	2. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público.....	1112

CAPÍTULO XII

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDC

Introdução. Julgamento na SDC.....	1083	2.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público.....	1113
I – Organização sindical brasileira	1083	3. Limitação ao desconto realizado no salário do trabalhador via negociação coletiva.....	1114
1. Categoria profissional diferenciada	1083	4. Limitação do salário normativo. Contrato de experiência e empregado com menos de 18 anos de idade	1115
1.1. Enquadramento sindical – reconhecimento de categoria diferenciada – impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo	1083	5. Estabilidade e limites à negociação coletiva	1117
1.2. Impossibilidade de reconhecimento por decisão judicial de categoria profissional diferenciada.....	1084	5.1. Estabilidade da gestante	1117
1.3. Tema correlato: Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF)	1087	5.2. Estabilidade do acidentado	1119

6. Quadro resumido das OJS da SDC	1121
7. Informativos do TST	1122
III – GREVE	1127
1. Greve abusiva – impossibilidade de estabelecer vantagens a seus participantes	1127
1.1. Greve sem representatividade sindical	1128
2. Greve – Imprescindibilidade de tentativa negocial prévia	1130
3. Necessidade de garantia das necessidades inadiáveis da população – greve em serviços essenciais	1130
4. Greve no serviço público	1132
4.1. Greve de policiais civis	1135
5. Quadro resumido das OJS da SDC	1137
6. Informativos do TST	1138

● PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS	1147
1. Introdução	1147
2. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	1147
3. Princípio da extrapetição	1152
4. Princípio do contraditório	1153
5. Quadro resumido	1155

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA	1157
1. Introdução	1157
2. Imunidade de Jurisdição. Organização ou organismo internacional	1158
3. Competência em razão da matéria	1160
3.1. Indenização por danos morais	1160
3.2. Direito de greve	1164
3.3. Cadastramento do PIS	1168
3.4. Seguro-desemprego	1169
3.5. Representantes Comerciais	1172
3.6. Contribuições previdenciárias	1173
3.7. Contribuições previdenciárias decorrentes de títulos judiciais anteriores à EC nº 20/98	1182
3.9. Complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado	1185
3.10. Competência para processar e julgar ação trabalhista contra empregador objetivando o pagamento de diferenças salariais e dos respectivos reflexos nas contribuições devidas à entidade previdenciária	1187
3.11. Quadro de carreira	1188
3.12. Competência residual. Superveniência de regime jurídico único	1189

3.13. Fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública	1190
3.14. Recolhimento e repasse de contribuição sindical de servidores públicos estatutários	1191
3.15. Competência para servidor celetista pleitear verbas administrativas	1192
4. Competência funcional	1193
4.1. Ação anulatória	1193
4.2. Tutela antecipada	1194
5. Competência territorial-funcional (ACP)	1196
6. Conflito de competência	1201
6.1. Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho de idêntica região	1202
6.2. Incompetência territorial	1202
7. Quadro resumido	1205
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo II)	1207
9. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1211
10. Súmula do STF (Relacionada ao capítulo II)	1212
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo II)	1213

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1227
1. Introdução	1227
2. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	1228
2.1. Legitimidade para ajuizar ação rescisória	1228
2.2. Legitimidade para arguir prescrição em favor de entidade de direito público	1230
2.3. Legitimidade para recorrer	1230
2.3.1. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado	1230
2.4. Legitimidade para arguir em parecer nulidade da contratação não suscitada na defesa	1232
3. Ação civil pública. Competência	1233
4. Quadro resumido	1239
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III)	1240
6. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III)	1241
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III)	1242

CAPÍTULO IV

AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO	1245
1. Introdução	1245
2. Legitimidade	1246
2.1. Substituição processual	1246
2.1.1. Ação de cumprimento	1248
2.1.2. Sindicato como substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade	1249
2.1.3. Interrupção da prescrição	1250
3. Impossibilidade jurídica do pedido	1251

3.1. Ação rescisória de decisão que extingue o processo sem resolução do mérito por acolhimento da exceção de coisa julgada.....	1251	5.4. Honorários periciais. Beneficiário da justiça gratuita.....	1308
3.2. Ação rescisória de decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de homologação.....	1253	6. Justiça gratuita.....	1310
4. Interesse de agir.....	1254	6.1. Momento oportuno para requerimento. Fase recursal.....	1312
4.1. Ação individual quando o direito já foi reconhecido em decisão normativa.....	1254	6.2. Comprovação.....	1314
5. Quadro resumido.....	1256	6.3. Benefício da justiça gratuita concedido de ofício e declaração de pobreza.....	1317
6. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV).....	1257	7. Litisconsórcio.....	1322
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV).....	1259	7.1. Procuradores distintos. Prazo.....	1322
		7.2. Ação rescisória.....	1323
		7.3. Custas processuais.....	1326
		7.4. Litisconsórcio na Terceirização.....	1327
		8. Intervenção de terceiros.....	1331
		8.1. Assistência.....	1331
		9. Quadro resumido.....	1334
		10. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao capítulo v).....	1337
		11. Teses jurídicas prevalecentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao capítulo V).....	1340
		12. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1341
		13. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo V).....	1343
CAPÍTULO V		CAPÍTULO VI	
PARTES E PROCURADORES		ATOS PROCESSUAIS	
1. Introdução.....	1261	1. Introdução.....	1353
2. Capacidade postulatória – jus postulandi.....	1261	2. Notificação.....	1355
3. Representação.....	1263	2.1. Presunção de recebimento.....	1355
3.1. Mandato tácito. Substabelecimento inválido.....	1263	2.2. Pluralidade de advogados. Publicação em nome de advogado diverso daquele expressamente indicado.....	1356
3.2. Mandato tácito. Agravo de instrumento.....	1265	3. Prazos processuais.....	1358
3.3. Representação irregular. Procuração outorgada para o ajuizamento de reclamação trabalhista não alcança a ação rescisória e o mandado de segurança.....	1266	3.1. Intimação ou publicação ocorrida na sexta-feira. Início da contagem do prazo.....	1358
3.4. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT.....	1267	3.2. Intimação em sábado. Recesso forense e férias coletivas dos ministros do TST.....	1359
3.5. Mandato e substabelecimento. Condições de validade.....	1268	3.3. Litisconsórcio. Procuradores distintos.....	1363
3.6. Substabelecimento não datado.....	1270	3.4. Prazos recursais.....	1364
3.7. Substabelecimento. Reconhecimento de firma....	1270	3.4.1. Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação.....	1364
3.8. Mandato. Atos urgentes. Fase recursal.....	1271	3.4.2. Não comparecimento em audiência de julgamento.....	1368
3.9. Mandato. Pessoa jurídica de direito público.....	1274	3.4.3. Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento.....	1370
3.10. Representação irregular. Autarquia.....	1276	3.4.4. Pagamento das custas.....	1371
3.11. Contrato social. Desnecessária a juntada.....	1278	3.4.5. Depósito recursal.....	1372
3.12. Ausência de identificação do outorgante e/ou representante da pessoa jurídica. Procuração inválida.....	1278	3.4.6. Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público.....	1373
3.13. Estagiário. Habilitação posterior.....	1280	3.4.7. Recurso interposto via fac-símile.....	1373
3.14. Juntada de nova procuração sem ressalva.....	1280	3.5. Início do prazo para apresentação de contestação em ação rescisória.....	1376
4. Advogado.....	1281	4. Quadro resumido.....	1377
4.1. Atuação fora da seção da OAB em que o advogado está inscrito.....	1281	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VI).....	1378
4.2. Honorários advocatícios.....	1282		
4.2.1. Cabimento.....	1282		
4.2.1.1. Depois da Constituição Federal de 1988 (art. 133).....	1282		
4.2.1.2. Hipóteses de cabimento.....	1283		
4.2.1.3. Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ajuizada na Justiça Comum antes da EC nº 45/04.....	1303		
4.2.2. Base de cálculo.....	1304		
5. Honorários periciais.....	1306		
5.1. Assistente técnico.....	1306		
5.2. Atualização monetária.....	1306		
5.3. Depósito prévio. Mandado de segurança.....	1308		

6. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1379
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI).....	1380

CAPÍTULO VII

PETIÇÃO INICIAL	1381
1. Introdução	1381
2. Indeferimento liminar	1382
3. Novo valor da causa. Mandado de segurança.....	1384
4. Alçada.....	1385
4.1. Fixação. Data do ajuizamento da reclamação trabalhista	1385
4.2. Constitucionalidade.....	1386
4.3. Inaplicabilidade na ação rescisória e mandado de segurança	1387
5. Comissão paritária – portuários	1387
6. Quadro resumido.....	1388
7. Súmula do Tribunal Regional do Trabalho (relacionada ao Capítulo VII).....	1389
8. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1390
9. Informativos do TST (relacionados ao capítulo VII)	1391

CAPÍTULO VIII

TUTELA PROVISÓRIA	1393
1. Introdução	1393
2. Competência para concessão nos tribunais.....	1394
3. Momento de concessão. Forma de impugnação.....	1396
4. Concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva	1401
5. Concessão de liminar para reintegrar dirigente sindical.....	1402
6. Concessão de liminar para impedir transferência de empregado.....	1403
7. Concessão de liminar para reintegração.....	1404
8. Ação rescisória. Cabimento.....	1406
9. Quadro resumido.....	1408
10. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VIII)	1409
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VIII).....	1410

CAPÍTULO IX

AUDIÊNCIA	1411
1. Introdução	1411
2. Ausência na audiência	1411
2.1. Ausência motivada da reclamada	1411
2.2. Ausência do reclamante na audiência de instrução	1413
3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência	1414
4. Preposto. Exigência da condição de empregado.....	1415
5. Conciliação	1417

5.1. Acordo judicial. Meio de impugnação (ação rescisória)	1417
5.2. Acordo judicial. Alcance	1418
5.3. Homologação do acordo. Faculdade do juiz.....	1421
6. Quadro resumido.....	1423
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IX)	1424
8. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (Relacionadas ao Capítulo IX)	1425
9. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IX)	1426

CAPÍTULO X

RESPOSTA DO RÉU	1429
1. Introdução.....	1429
2. Compensação. Momento de alegação (contestação)..	1430
3. Revelia.....	1431
3.1. Verbas rescisórias não quitadas na primeira audiência. Efeitos.....	1431
3.2. Ausência motivada da reclamada	1432
3.3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência	1434
3.4. Aplicação à pessoa jurídica de direito público.....	1435
3.5. Ação rescisória. Inaplicável os efeitos da revelia ..	1436
4. Quadro resumido.....	1437
6. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo X).....	1439

CAPÍTULO XI

PROVAS	1441
1. Introdução.....	1441
2. Ônus da prova	1442
2.1. Despedimento.....	1442
2.2. Jornada de trabalho. Registro. Distribuição dinâmica do ônus da prova	1444
2.3. Equiparação salarial	1448
2.4. Promoção por antiguidade.....	1449
2.5. Vale-transporte	1451
2.6. Diferenças no recolhimento do FGTS.....	1452
2.7. Terceirização na Administração Pública	1453
3. Prova documental	1461
3.1. Instrumento normativo. Cópia não autenticada...	1461
3.2. Pessoa jurídica de direito público. Dispensa de autenticidade dos documentos.....	1462
3.3. CTPS. Presunção das anotações	1462
4. Prova testemunhal	1463
4.1. Testemunha que litiga ou litigou contra a mesma reclamada.....	1463
4.2. Apresentação de rol de testemunhas	1464
5. Prova Pericial.....	1466
5.1. Adicional de insalubridade e a realização de perícia	1466
5.2. Dispensa da realização de perícia. Pagamento espontâneo do adicional de periculosidade.....	1467
6. Confissão.....	1468
7. Quadro resumido.....	1471

8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XI)	1472
9. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XI)	1474
10. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI).....	1475

CAPÍTULO XII

SENTENÇA	1483
1. Introdução	1483
2. Fato superveniente que possa influir no julgamento	1485
3. Sentença citra petita. Cabível ação rescisória	1487
4. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento extra petita	1488
5. Agente nocivo diverso do apontado na inicial. Inexistência de julgamento extra petita	1490
6. Quadro resumido.....	1491
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XII)	1492

CAPÍTULO XIII

COISA JULGADA	1493
1. Introdução	1493
2. Planos econômicos. Limitação à data-base da categoria	1493
3. Quadro resumido.....	1495
4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XIII)	1496
5. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XIII)	1497

CAPÍTULO XIV

RECURSOS	1499
1. Teoria geral dos recursos.....	1500
1.1. Introdução	1500
1.2. Princípios recursais.....	1500
1.2.1. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	1500
1.2.1.1. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	1501
1.2.1.2. Indeferimento liminar de ação rescisória e mandado de segurança pelo relator	1503
1.2.1.3. Interposição de agravo inominado ou regimental de decisão colegiada. Erro grosseiro	1504
1.2.1.4. Erro grosseiro. Interposição de recurso de revista de decisão de competência originária do TRT	1506
1.2.2. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	1506
1.3. Juízo de admissibilidade	1510
1.3.1. Juízo de admissibilidade do recurso principal no agravo de instrumento	1512
1.4. Pressupostos recursais	1512
1.4.1. Legitimidade e interesse para recorrer	1512
1.4.1.1. Ministério Público. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado.....	1512

1.4.1.2. Ilegitimidade dos Estados ou municípios para recorrer em nome de autarquia	1514
1.4.2. Tempestividade	1516
1.4.2.1. Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação.....	1516
1.4.2.2. Não comparecimento em audiência de julgamento.....	1520
1.4.2.3. Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento	1522
1.4.2.4. Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público	1524
1.4.2.5. Recurso ordinário em mandado de segurança	1524
1.4.3. Representação.....	1525
1.4.3.1. Mandato tácito. Agravo de instrumento... ..	1525
1.4.3.2. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT.....	1526
1.4.3.3. Substabelecimento. Reconhecimento de firma.....	1527
1.4.3.4. Mandato. Atos urgentes. Fase recursal.....	1527
1.4.4. Custas processuais.....	1530
1.4.4.1. Inversão do ônus da sucumbência. Acréscimo do valor da condenação. Reembolso das custas à parte vencedora	1530
1.4.4.2. Prazo para pagamento em sede de recurso	1535
1.4.4.3. Recolhimento insuficiente. Diferença ínfima. Deserção	1535
1.4.4.4. Ações plúrimas	1538
1.4.4.5. Sociedade de economia mista. Não isenção.....	1539
1.4.4.6. APPA. Não isenção	1540
1.4.4.7. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial	1541
1.4.4.8. Comprovação de recolhimento por meio de Darf eletrônico	1543
1.4.4.9. Guia de recolhimento com carimbo do banco.....	1544
1.4.4.10. Formação do traslado no agravo de instrumento. Desnecessidade de juntada do comprovante de recolhimento das custas e do depósito recursal dos recursos anteriores	1544
1.4.4.11. Novo valor da causa arbitrado ex officio e majoração das custas processuais	1545
1.4.4.12. Pagamento das custas em recurso ordinário no mandado de segurança.....	1546
1.4.5. Depósito recursal	1547
1.4.5.1. Teto máximo. Fase executória. Litisconsórcio passivo	1549
1.4.5.2. Exigível apenas na condenação em pecúnia.....	1553
1.4.5.3. Prazo para recolhimento	1553
1.4.5.4. Depósito recursal no Recurso Extraordinário	1554
1.4.5.5. Depósito recursal na ação rescisória.....	1555
1.4.5.6. Credenciamento bancário. Prova dispensável.....	1556
1.4.5.7. Utilização da guia GFIP	1556

1.4.5.8. Desnecessário a indicação do PIS/PASEP na guia de depósito recursal.....	1558	2.3.2.4. Tese explícita	1599
1.4.6. Regularidade formal	1559	2.3.2.4.1. Desnecessária indicação do dispositivo legal	1599
1.4.6.1. Recurso que não ataca os fundamentos da decisão recorrida	1559	2.3.2.4.2. Juízo explícito sobre a matéria no acórdão impugnado	1599
1.4.6.2. Assinatura apenas da petição de interposição ou das razões recursais. Validade.....	1563	2.3.2.5. Exigência de prequestionamento em matéria de ordem pública	1600
1.4.7. Depósito de multas impostas pelo juízo.....	1564	2.3.2.6. Violação nascida na própria decisão recorrida	1602
1.4.7.1. Multa por litigância de má-fé	1564	2.3.2.7. Acórdão que simplesmente adota fundamentos da sentença não preenche o prequestionamento.....	1603
1.4.7.2. Multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC, como pressuposto recursal	1565	2.3.3. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade. Recurso de revista de decisão de competência originária do TRT	1604
1.5. Documentos	1568	2.3.4. Cabimento	1605
1.5.1. Juntada de documentos.....	1568	2.3.4.1. Incabível para exame de fatos e provas....	1605
1.6. Efeitos dos recursos	1569	2.3.4.2. Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente público....	1606
1.6.1. Efeito devolutivo.....	1569	2.3.4.3. Incabível recurso de revista de acórdão proferido em agravo de instrumento	1607
1.6.2. Efeito suspensivo	1573	2.3.4.4. Cabimento na execução de sentença.....	1608
1.6.2.1. Recurso contra sentença normativa.....	1573	2.3.5. Divergência jurisprudencial	1609
1.7. Remessa necessária	1574	2.3.5.1. Configuração. Divergência específica	1610
1.7.1. Cabimento	1575	2.3.5.2. Abrangência parcial da divergência.....	1611
1.7.2. Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente público.....	1579	2.3.5.3. Comprovação da divergência jurisprudencial	1612
1.7.3. Ausência de reexame necessário. Incabível ação rescisória	1580	2.3.5.4. Decisão superada por iterativa, notória e atual jurisprudência do TST.....	1617
2. Recursos em espécie	1580	2.3.5.5. Decisão recorrida contrária à orientação jurisprudencial	1619
2.1. Embargos de declaração	1580	2.3.5.6. Constitucionalidade do art. 896, alínea b, da CLT	1619
2.1.1. Introdução	1580	2.3.5.7. Divergência jurisprudencial fundada em lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar.....	1620
2.1.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos.....	1582	2.3.5.8. Divergência jurisprudencial oriunda do mesmo Tribunal Regional	1622
2.1.2.1. Cabimento.....	1582	2.3.6. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	1623
2.1.2.2. Necessidade do contraditório.....	1583	2.3.6.1. Indicação do dispositivo violado	1624
2.1.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	1584	2.3.6.2. Violação legal. Vocábulo violação	1626
2.1.4. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	1585	2.3.6.3. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.....	1626
2.1.5. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público.....	1587	2.3.6.4. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88.	1627
2.2. Recurso ordinário	1588	2.3.7. Recurso de revista no rito sumaríssimo.....	1628
2.2.1. Introdução	1588	2.3.7.1. Recurso interposto antes da Lei nº 9.957/00.....	1628
2.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1589	2.3.7.2. Recurso de revista fundado em contrariedade à orientação jurisprudencial.....	1629
2.2.3. Recurso ordinário em ação rescisória.....	1589	2.4. Recurso de embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST	1630
2.2.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar	1590		
2.3. Recurso de revista	1591		
2.3.1. Introdução	1591		
2.3.2. Pquestionamento (recursos de natureza extraordinária).....	1593		
2.3.2.1. Introdução	1593		
2.3.2.2. Configuração	1593		
2.3.2.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	1598		

3.3. Ausência de discriminação das parcelas em acordo judicial	1761
3.4. Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo empregatício. Alíquota de contribuição previdenciária.....	1762
3.5. Acordo homologado após o trânsito em julgado de sentença.....	1762
3.6. Sentença omissa quanto aos descontos previdenciários e fiscais	1764
3.7. Juros não integram a base de cálculo do Imposto de Renda.....	1764
4. Aplicação da multa coercitiva do art. 523, § 1º, do CPC/15	1766
5. Penhora.....	1768
5.1. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta.....	1768
5.2. Penhora em dinheiro.....	1768
5.3. Carta de fiança bancária.....	1772
5.4. Penhora em conta-salário	1774
5.5. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	1777
5.6. Penhora de cédula de crédito rural e de crédito industrial.....	1778
5.7. Penhora de verbas estaduais para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas	1780
6. Depositário.....	1782
6.1. Depositário infiel. Penhora sobre coisa futura e incerta.....	1782
6.2. Termo de depósito não assinado pelo paciente. Impossibilidade de prisão	1783
7. Embargos à execução.....	1784
7.1. Prazo para a Fazenda Pública.....	1784
8. Embargos de terceiro	1785
8.1. Competência na execução por carta precatória ...	1785
8.2. Mandado de segurança com a mesma finalidade dos embargos de terceiro	1786
9. Empresas em liquidação extrajudicial	1787
9.1. Execução direta na Justiça do Trabalho após a decretação da liquidação.....	1787
9.2. Juros e correção monetária	1788
9.3. Incidência de juros na sucessão trabalhista em liquidação extrajudicial	1788
10. Sucessão de empregadores. Grupo econômico.....	1789
11. Entidade pública.....	1792
11.1. Execução direta em face de entidade pública que explore atividade eminentemente econômica	1792
12. Quadro resumido.....	1794
13. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XV).....	1798
14. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XV)	1809
15. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1810
16. Informativos do TST (relacionados ao capítulo xv)	1812

CAPÍTULO XVI

AÇÃO RESCISÓRIA	1841
1. Introdução.....	1842
2. Competência.....	1843
2.1. Competência para ajuizamento da ação rescisória e possibilidade jurídica do pedido	1843
2.2. Manifesto equívoco em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT ou vice-versa.....	1851
2.3. Criação de Tribunal Regional do Trabalho	1853
3. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	1853
4. Litisconsórcio	1855
5. Decadência.....	1858
5.1. Prazo	1858
5.2. Termo inicial do prazo decadencial no recurso deserto	1867
5.3. Ampliação do prazo decadencial para a Fazenda Pública.....	1868
5.4. Interrupção do prazo decadencial para a União...	1869
6. Pressupostos da ação rescisória	1870
6.1. Trânsito em julgado.....	1870
6.1.1. Comprovação.....	1870
6.1.2. Ausência da decisão rescindenda e/ou da certidão de trânsito em julgado autenticadas ...	1873
6.1.3. Decisão não submetida ao reexame necessário. Ausência de trânsito em julgado	1874
6.2. Decisão de mérito	1875
6.2.1. Decisão que acolhe arguição de coisa julgada	1875
6.2.2. Questão processual.....	1876
6.2.3. Decisão que não conhece de recurso de revista por ausência de divergência jurisprudencial	1878
6.2.4. Decisão que declara preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação ..	1880
6.2.5. Decisão homologatória de adjudicação, de arrematação e de cálculos.....	1881
6.2.6. Sentença de extinção da execução	1883
7. Representação processual. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal.....	1884
8. Petição inicial.....	1886
8.1. Ausência de capitulação ou capitulação errônea no art. 485 do CPC	1886
8.2. Cumulação subsidiária de pedidos.....	1888
8.3. Tutela antecipada e pedido liminar na ação rescisória.....	1889
9. Hipóteses de cabimento.....	1890
9.1. Incompetência absoluta.....	1891
9.2. Dolo ou colusão	1892
9.2.1. Dolo da parte vencedora em detrimento da vencida	1892
9.2.2. Colusão das partes	1893
9.2.3. Multa por litigância de má-fé.....	1895
9.3. Coisa julgada	1897
9.3.1. Acordo homologado em que o empregado dá ampla e plena quitação	1897

9.3.2. Ação de cumprimento. Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso	1899	9.4.6.4. Concurso público anulado posteriormente	1930
9.3.3. Exigência de relações processuais distintas ..	1901	9.4.6.5. Professor-adjunto. Ingresso no cargo de professor-titular. Exigência de concurso público	1930
9.3.4. Necessidade de fixação de tese na decisão rescindenda	1903	9.4.6.6. Gratificação de nível superior. Suframa	1931
9.3.5. Interpretação do sentido e alcance do título executivo	1903	9.4.6.7. Decisão que reconhece estabilidade provisória e determina reintegração de empregado depois de exaurido o período estável	1932
9.3.6. Descontos previdenciários e fiscais na fase de execução	1904	9.4.6.8. Estipulação do salário profissional em múltiplos do salário-mínimo	1932
9.3.7. Planos econômicos. Limitação à data base na fase de execução	1905	9.4.6.9. Sentença citra petita	1933
9.4. Violação manifesta de norma jurídica	1906	9.5. Prova nova (documento novo)	1934
9.4.1. Alcance da regra	1906	9.6. Ação rescisória para invalidar transação	1937
9.4.1.1. Expressão lei	1906	9.6.1. Termo de conciliação (acordo judicial)	1937
9.4.1.2. Prescrição total ou parcial. Construção jurisprudencial	1908	9.6.2. Acordo prévio ao ajuizamento da reclamação	1938
9.4.1.3. Violação aos princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Afronta reflexa	1909	9.7. Ação rescisória para invalidar confissão	1940
9.4.2. Decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento	1910	9.8. Ação rescisória fundada em erro de fato	1941
9.4.3. Reexame de fatos e prova	1911	9.8.1. Caracterização	1941
9.4.4. Pronunciamento explícito	1911	9.8.2. Contradição entre fundamentação e parte dispositiva do julgado	1943
9.4.4.1. Necessidade quando se tratar de violação à lei	1911	10. Resposta do réu	1943
9.4.4.2. Princípio da legalidade administrativa. Necessidade de prequestionamento	1915	10.1. Ausência de defesa. Inaplicáveis efeitos da revelia	1943
9.4.5. Matéria controvertida nos tribunais	1916	10.2. Início do prazo para apresentação de contestação	1944
9.4.5.1. Lei infraconstitucional controvertida. Marco divisor	1916	11. Recursos	1945
9.4.5.2. Membro suplente da CIPA. Garantia de emprego	1919	11.1. Princípio da fungibilidade recursal	1945
9.4.5.3. Complementação de aposentadoria. Banespa	1920	11.1.1. Indeferimento liminar de ação rescisória pelo TRT. Recurso ordinário recebido como agravo regimental	1945
9.4.5.4. Conab. Aviso Diret 2/84	1921	11.1.2. Recurso de revista de acórdão de competência originária do TRT. Erro grosseiro	1946
9.4.5.5. Planos econômicos	1921	11.2. Cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT	1946
9.4.5.6. Correção monetária sobre os salários dos servidores das universidades federais	1922	11.3. Depósito recursal	1947
9.4.5.7. Incidência do Imposto de Renda sobre as parcelas recebidas no PDV	1923	11.4. Decisão proferida em agravo regimental confirmando decisão monocrática do relator que indefere petição inicial da ação rescisória com fundamento em matéria controvertida	1948
9.4.5.8. Reajustes bimestrais e quadrimestrais. Lei nº 8.222/91	1924	12. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda	1949
9.4.5.9. Cláusula penal. Limitação ao valor do principal	1924	13. Ação rescisória de ação rescisória. Indicação de violação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva	1950
9.4.5.10. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Garantia de emprego de período pré-eleitoral	1925	14. Ação cautelar em ação rescisória para suspender execução. Documentos indispensáveis	1951
9.4.5.11. Banco do Brasil. AP e ADI ou AFR. Horas extras após a sexta	1925	15. Quadro resumido	1953
9.4.6. Casos específicos de violação manifesta de norma jurídica	1926	16. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVI)	1961
9.4.6.1. Decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração	1926	17. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho	1962
9.4.6.2. Adicional de caráter pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil	1927	18. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVI)	1963
9.4.6.3. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88.	1929		

CAPÍTULO XVII**MANDADO DE SEGURANÇA..... 1985**

1. Introdução	1985
2. Prova pré-constituída. Apresentação com a petição inicial	1986
3. Cabimento	1987
3.1. Decisão judicial transitada em julgado	1987
3.2. Decisão judicial transitada em julgado formalmente	1987
3.3. Decisão passível de recurso próprio	1988
3.4. Ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa	1989
3.5. Tutela antecipada concedida e indeferida antes ou na sentença	1990
3.6. Decisão que concede liminar ou homologa acordo judicial	1995
3.7. Deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar	1996
3.8. Tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória	1998
3.9. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical	1999
3.10. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical antes de decisão final do inquérito para apuração de falta grave	2000
3.11. Concessão de liminar para reintegração do empregado até a decisão final do processo quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material ..	2001
3.12. Concessão de liminar impedindo a transferência de empregado	2002
3.13. Mandado de segurança contra liminar concedida ou denegada em outro mandado de segurança ..	2003
3.14. Decisão que não suspende execução trabalhista de cooperativa em liquidação extrajudicial	2005
3.15. Penhora em dinheiro	2005
3.16. Decisão que bloqueia numerário em conta-salário	2010
3.17. Penhora por meio de carta de fiança bancária e seguro garantia judicial no lugar de dinheiro	2013
3.18. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	2014
3.19. Mandado de segurança com a mesma finalidade dos embargos de terceiro	2015
3.20. Decisão homologatória de adjudicação	2016
3.21. Prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo de petição ..	2017
3.22. Execução na pendência de recurso extraordinário	2018
3.23. Ato que determina ao INSS o reconhecimento e/ou averbação de tempo de serviço	2019
3.24. Indeferimento de requerimento de autenticação de cópias	2020
3.25. Decisão que exige depósito prévio de honorários periciais	2021
3.26. Obtenção de sentença genérica no mandado de segurança para eventos futuros	2021
4. Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança	2022
5. Recursos	2023

5.1. Princípio da fungibilidade. Recurso ordinário interposto contra decisão monocrática que indefere petição inicial do mandado de segurança	2023
5.2. Recurso de revista de decisão do TRT. Princípio da fungibilidade inaplicável	2024
5.3. Prazo do recurso ordinário	2024
5.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar	2025
5.5. Exigência do recolhimento de custas processuais no recurso ordinário	2026
5.6. Mandado de segurança instruído com procuração outorgada com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal	2027
6. Quadro resumido	2029
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVII)	2032
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVII) ...	2033

CAPÍTULO XVIII**DISSÍDIO COLETIVO..... 2049**

1. Introdução	2049
2. Poder normativo. Decisões contrárias ao STF	2050
3. Legitimidade	2051
3.1. Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho e Emprego	2051
3.2. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito	2052
3.3. Impossibilidade de representação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa ...	2053
4. Interesse de agir	2054
4.1. Dissídio coletivo jurídico. Impossibilidade de interpretação de norma de caráter genérico	2054
4.2. Impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo para reconhecimento de categoria diferenciada .	2055
5. Competência	2056
5.1. Dissídio coletivo de greve de servidores celetistas de pessoa jurídica de direito público	2056
6. Pressupostos processuais específicos	2057
6.1. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito	2057
6.2. Comum acordo	2059
6.3. Assembleia	2059
6.3.1. Edital de convocação e ata da assembleia geral	2059
6.3.2. Pauta reivindicatória não registrada na ata de assembleia	2060
6.4. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	2060
7. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público	2061
7.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público	2062
8. Acordo	2063

8.1. Impossibilidade de extensão do acordo homologado às partes não subscreventes do acordo	2063	14. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVIII).....	2077
8.2. Desnecessidade de homologação do acordo extrajudicial	2064	15. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVIII)..	2078
9. Recursos.....	2066	CAPÍTULO XIX	
9.1. Ausência de intimação para pagamento das custas processuais.....	2066	HABEAS CORPUS	2085
9.2. Cassação do efeito suspensivo	2067	1. Introdução	2085
10. Incompatibilidade do arresto, apreensão ou depósito no dissídio coletivo	2068	2. Depositário infiel. Penhora sobre coisa futura e incerta	2086
11. Ação de cumprimento	2069	3. Necessidade de aceitação do encargo de depositário	2088
11.1. Legitimidade do sindicato inclusive para o cumprimento de convenção ou acordo coletivo	2069	4. Habeas corpus substitutivo de recurso ordinário	2088
11.2. Interesse de agir quando já houver direitos reconhecidos em sentença normativa.....	2071	5. Quadro resumido.....	2090
11.3. Dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento	2072	6. Informativos do TST (relacionados ao capítulo XIX).....	2091
11.4. Ação de cumprimento fundada em decisão normativa que sofreu posterior reforma	2073	Bibliografia	2093
12. Quadro resumido.....	2075	Índice em ordem Numérica (Súmulas e OJS)	2105
13. Quadro resumido das OJS da SDC	2076	1. Súmulas do TST	2105
		2. Súmulas do STF	2132
		3. Orientações Jurisprudenciais da SDI-I do TST	2132
		4. Orientações Jurisprudenciais da SDI-II do TST.....	2148
		5. Orientações Jurisprudenciais da SDC do TST	2155
		Índice alfabético-remissivo	2159